

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Fundo de Fomento de

Fundação ^{Halitago} Cuidar o Futuro

• Lei Orgânica

• Desbloqueio de ações



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

NOTAS "SUGESTÕES"

12.9.79

HABITAÇÕES PARA FUNCIONÁRIOS

Dado que:

Há muitos pedidos de pessoas isoladas ou em grupo - funcionários públicos e/ou administrativos - no sentido de pedirem uma solução urgente para os seus problemas habitacionais.

Propor ao MHOP:

- 1º - que desde já em todos os programas do FFH (realizações directas e apoiadas) haja a obrigatoriedade de haver uma percentagem de habitações (p. ex. 10% do nº total construídas ou a construir) - podendo essa percentagem ser alargada por decisão superior, Ministerial ou SEH, após devidamente fundamentada - percentagem essa referida no "Regulamento de atribuição das casas" ou nos "Protocolos de acordo" entre o FFH e outras entidades, com a condição dos funcionários trabalharem na área (nº Km de raio a definir) do empreendimento habitacional;
- 2º - que o FFH - GEP (Lisboa) e os S.M. de Habitação, sejam encarregados de num espaço de tempo não superior a dois meses, elaborem um inquérito e tirem as conclusões sobre as carências habitacionais (quantitativas e qualitativas) dos funcionários públicos e administrativos; o GEP seria encarregado de coordenar a nível nacional este trabalho e de publicar as suas conclusões; a execução local do trabalho de avaliação/inquérito, competiria às



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-2-

D.H.^S do FFH e aos SMH, onde já existem montados, devendo de qualquer modo ser as D.H.^S a coordenar este trabalho a nível regional.

- NOTA: a) é de ter em atenção a gravidade do problema ao nível das carências;
- b) é de ter em conta que as carências são de várias ordens;
- c) que já houve uma promessa nunca regulamentada nem levada à prática por um dos Governos Constitucionais (III? (?) - cerca de meados de 1978);
- d) que há já alguns programas do FFH pequenas experiências deste tipo, pontuais, e especialmente dinamizados pelas autarquias locais, mas que nunca foi generalizado uma medida deste tipo como um apoio efectivo aos "funcionários públicos", havendo todavia funcionários de alguns Ministérios com este apoio (Justiça, Educação, etc.)
- e) no caso especialmente de funcionários administrativos será de considerar habitações para arrendamento, propriedade dos Municípios, para facilitar os pedidos de transferência.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

NOTA IMPORTANTE - além da vantagem de ser uma tentativa de proporcionar uma casa a quem tem carência dela (dos 400.000 será 1/3 possivelmente), é uma resposta técnica e politicamente necessária e possível, muito especialmente para as zonas interiores do país; e além dos dividendos políticos a tirar desta medida, dão a possibilidade de vir a dinamizar pedidos de transferência da zona costeira para o interior do país, ou a invocar necessidades de serviço para deslocar funcionários com carácter definitivo ou transitório.

Fundação Cuidar o Futuro